

Hernâni O. Carqueja

(e-mail: hercar@mail.telepac.pt)

O conceito de riqueza na análise económica — apontamentos —

Professor Associado Convidado da FEP
ROC nr. 1 (actividade suspensa)
Director da REVISTA de CONTABILIDADE e COMÉRCIO

Comunicação apresentada no II seminário GRUDIS, realizado a
25 de Outubro de 2003
na FACULDADE DE ECONOMIA
da UNIVERSIDADE do PORTO

Nota do autor:

Estes apontamentos visam testemunhar discordância com o divórcio entre pesquisa contabilística e análise económica. Resultam do arrumo de notas para exposição do tema “Objecto da Informação contabilística” na disciplina de Teoria da Contabilidade do Mestrado em Ciências Empresariais, especialização em Contabilidade, na Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP).

A apresentação do tema num seminário do GRUDIS justifica-se pela revisão efectuada sobre posicionamentos na análise económica, e por ser exemplo relativo a um conceito em que, surpreendentemente, a pesquisa contabilística só raras vezes pondera as achegas da teorização económica.

Quer a preferência pelo recurso a transcrições para caracterização das ideias de cada autor, quer a formatação, em que sobressaem os destaques e as caixas de texto, reflectem o propósito principal de divulgação e ensino.

Resumo:

Sem prejuízo do acolhimento na Faculdade de Economia da Universidade do Porto de modelo contabilístico coerente com as ideias do economista Irving Fisher, e da existência de excepções entre estudiosos da contabilidade, parece-nos **correcta a anotação de Chambers (1987:100) destacando a pouca influência da análise económica no pensamento contabilístico**¹:

“A literatura da economia faz uso dos conceitos de valor, riqueza e rendimento, conceitos trabalhados que desde há muito servem a fundamentação para a análise, doutrina e política económica. O termo valor, referido a bens e serviços tem dois significados distintos, valor de uso e valor de troca. Só o valor de troca tem relação com as actuais ou potenciais transacções entre pessoas, com as quais a contabilidade se preocupa. A riqueza dum pessoa ou firma é definida como o seu poder de compra por virtude da posse de mercadorias ou serviços com valor de troca. Rendimento é o acréscimo periódico da riqueza. Adam Smith, John Stuart Mill, Alfred Marchall, Irving Fisher, John Maynard Keynes, Ludwig von Mises, e George Shackle, são alguns dos economistas dos últimos dois séculos que lidaram com estes conceitos.”

“ Não há indícios da influência do pensamento económico neste assuntos. Na verdade, só um economista, John Hicks, tem sido citado na literatura contabilística sobre rendimento com frequência visível; e o que ele disse tem sido citado indevidamente, ou citado fora do contexto, mais vezes do que citado adequadamente.”

Este testemunho salienta bem a falta de comunicação entre contabilidade e economia. Reconhecendo tal falta de comunicação entendemos dever atenuá-la registando, mesmo em **apontamentos** muito breves, **reflexões sobre valor e riqueza de pioneiros e autores de referência na economia**², Adam Smith (1723-1790, 1776), David Ricardo (1772-1823, 1817), Jean-Baptiste Say (1776-1832, 1803 e 1826), John Stuart Mill (1806-1873, 1848), Carl Marx (1818-1883, 1867), Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914, 1884), e Alfred Marshall (1842-1924, 1890), antes de dedicar atenção a Irving Fisher (**1867-1947, 1906**). Depois faremos ainda breve referência às achegas de John Maynard Keynes (1883-1946, 1936), John Hicks (1904-1989, 1939 e 1981) e Ludwig von Mises (1881-1973, 1949).

Foi num contexto de pouca intersecção entre as preocupações e necessidades contabilísticas e a oferta de conceitos pela análise económica que **Irving Fisher desenvolveu a teoria** que, quase um século depois, **melhor suporta e explica as soluções contabilísticas para representação da riqueza (património?)**. Qualquer dos quadros conceptuais da família em que enquadra o do IASB, refere uma situação patrimonial, uma situação líquida, uma demonstração ou balanço de resultados, e uma demonstração ou balanço de fluxos de fundos embora como fluxo do fundo de caixa e equivalentes. A análise deste economista é a única que clarifica estas quatro perspectivas e, por isso, merece particular atenção.

Antes e depois de Irving Fisher existiram vários outros autores que abordaram o tema, além daqueles a que faremos referência, mas considerámos a amostra representativa para evidenciar que **problemas de conceitos, hoje discutidos no domínio da contabilidade, não devem ser abordados sem consideração pela evolução e achegas da análise económica.**

¹ Tradução de:

*“The literature of economics makes use of concepts of **value, wealth and income**, robust concepts that have long provided the basis of economic analysis, doctrine and policy. **Value, applied to goods and services has two distinctive meanings: private or personal esteem or utility, and value in exchange.** Only value in exchange has references to the actual or potential interpersonal transactions with which accounting is concerned. **Wealth of a person or firm is defined as command over general purchasing power by virtue of possession of goods and services having value in exchange. Income is the periodical increment in wealth.** Adam Smith, John Stuart Mill, Alfred Marshall, Irving Fisher, John Maynard Keynes, Ludwig von Mises, and George Shackle, are among the economist of the last two centuries who have concurred with these descriptions.”*

“There is no trace of the influence of economic thoughts on these matters. Indeed, only one economist, John Hicks, has been cited with noticeable frequency in the accounting literature on income; and his dicta have been misquoted or quoted out of the context more than not”.

² Para facilidade de seguimento da evolução indica-se para cada autor o período de vida e a(s) data(s) da(s) obra(s) de referência.

Expressões e palavras chave:

Böhm-Bawerk, capital, conceitos contabilísticos e análise económica, elementos da informação financeira, Fisher, fluxos patrimoniais, Hicks, objecto da informação contabilística, património, posição financeira, rendimento, riqueza, Say, Smith, situação financeira, situação líquida, situação patrimonial, Stuart Mill, Marshall, Marx, Mises, Ricardo, Sarmiento, Seabra.

Enquadramento do tema no programa de Teoria da Contabilidade:

(Indicado com maior análise o título que inclui a exposição)

História dos Saberes, Práticas e Instrumentos Contabilísticos

Contabilidade: coerência de princípios e soluções

Objecto da Informação

“Elementos da Informação” no Quadro Conceptual do IASB

O Conceito de Riqueza na Análise Económica

O Conceito de Património no Direito

O Conceito de Património (ou Riqueza na Contabilidade)

Referências da Informação (Entidade e Perímetro)

Destinatários da Informação

Modelos e Qualidades da Informação

Quadros Conceptuais e Teoria da Contabilidade

Contabilidade como Construto Social (PAT e CIV)

Contabilidade: Problemas em Aberto e Novos Rumos

Contabilistas e Ética Profissional

O conceito de riqueza na análise económica

— apontamentos —

Índice:

0.	...	7
1.	Conceitos de valor e riqueza até Irving Fisher.....	9
1.1.	Adam Smith (1723-1790,1776)	11
1.2.	Jean-Baptiste Say (1776-1832,1803 a 1826).....	12
1.3.	David Ricardo (1772-1823; 1817).....	13
1.4.	John Stuart Mill (1806-1873, 1848).....	14
1.5.	Carl Marx (1818-1883,1867).....	16
1.6.	Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914;1884).....	17
1.6.	Alfred Marshall (1842-1924,1890).....	18
2.	Irving Fisher (1867-1947,1906): riqueza entendida como activo e passivo, como capital, como rendimento, como fluxos.....	21
3.	A riqueza e o rendimento depois de Fisher.....	24
3.0.	24
3.1.	John Maynard Keynes (1883-1946,1936).....	24
3.2.	John Richard Hicks (1904-1989, 1939 e 1981).....	26
3.3.	Ludwig von Mises (1881-1973,1949)	27
3.4.	Outras achegas da economia	28
4.	Conclusão.....	30
	BIBLIOGRAFIA:.....	33

(Página deixada em branco
prevendo impressão em frente e verso)

O CONCEITO DE RIQUEZA NA ANÁLISE ECONÓMICA

0.

Sem prejuízo do acolhimento na Faculdade de Economia da Universidade do Porto do modelo resultante das ideias de Fisher, e da existência de excepções entre estudiosos da contabilidade, parece-nos **correcta a anotação de Chambers (1987,100) destacando a pouca influência da análise económica no pensamento contabilístico**³:

“A literatura da economia faz uso dos conceitos de valor, riqueza e rendimento, conceitos trabalhados que desde há muito servem a fundamentação para a análise, doutrina e política económica. O termo valor, referido a bens e serviços tem dois significados distintos, valor de uso e valor de troca. Só o valor de troca tem relação com as actuais ou potenciais transacções entre pessoas, com as quais a contabilidade se preocupa. A riqueza duma pessoa ou firma é definida como o seu poder de compra por virtude da posse de mercadorias ou serviços com valor de troca. Rendimento é o acréscimo periódico da riqueza. Adam Smith, John Stuart Mill, Alfred Marchall, Irving Fisher, Jonh Maynard Keynes, Ludwig von Mises, e George Shackle, são alguns dos economistas dos últimos dois séculos que lidaram com estes conceitos.”

*“... ..
Não há indícios da influência do pensamento económico neste assuntos. Na verdade, só um economista, John Hicks, tem sido citado na literatura contabilística sobre rendimento com frequência visível; e o que ele disse tem sido citado indevidamente, ou citado fora do contexto, mais vezes do que citado adequadamente.”*

Com a transcrição pretende-se invocar a **autoridade deste testemunho para salientar a falta de comunicação entre contabilidade e economia**. Reconhecendo tal falta de comunicação entendemos dever atenuá-la registando, pelo menos para referências de estudo, em apontamentos muito breves, observações sobre valor e riqueza de **pioneiros e autores de referência na economia**⁴,

Adam Smith (1723-1790, **1776**),
David Ricardo (1772-1823, **1817**),
Jean-Baptiste Say (1776-1832, **1803 e 1826**),
John Stuart Mill (1806-1873, **1848**),
Carl Marx (1818-1883; **1867**),
Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914; **1884**), e

³ O destaque não existe no original, e foi introduzido na transcrição e na tradução para facilitar referências. Chambers (1987,100): *“The literature of economics makes use of concepts of value, wealth and income, robust concepts that have long provided the basis of economic analysis, doctrine and policy. Value, applied to goods and services has two distinctive meanings: private or personal esteem or utility, and value in exchange. Only value in exchange has references to the actual or potential interpersonal transactions with which accounting is concerned. Wealth of a person or firm is defined as command over general purchasing power by virtue of possession of goods and services having value in exchange. Income is the periodical increment in wealth. Adam Smith, John Stuart Mill, Alfred Marshall, Irving Fisher, John Maynard Keynes, Ludwig von Mises, and George Shackle, are among the economist of the last two centuries who have concurred with these descriptions.”*

*“... ..
There is no trace of the influence of economic thoughts on these matters. Indeed, only one economist, John Hicks, has been cited with noticeable frequency in the accounting literature on income; and his dicta have been misquoted or quoted out of the context more than not”.*

⁴ Para facilidade de seguimento da evolução indica-se para cada autor o período de vida e a(s) data(s) da(s) obra(s) de referência.

Alfred Marshall (1842-1924; **1890**), antes de dedicar atenção a Irving Fisher (1867-1947, **1906**). A não referência a outros autores, como Malthus (1776-1834), Augustin Cournot (1801-1877), Leon Walras (1834-1919), Jevons (1835-1882), Vilfredo Pareto (1848-1923), aos históricos Schmoller (1838-1917) e Sombart (1863-1941) e a muitos outros, resulta do propósito de manter limitadas as referências e também da atribuição, resultante de critério pessoal, de menor interesse na perspectiva destes apontamentos.

Foi num contexto de pouca intersecção entre as preocupações e necessidades contabilísticas e a oferta de conceitos pela análise económica que Fisher **desenvolveu a teoria que, nove décadas depois, melhor suportava e explicava as soluções contabilísticas para representação do património**. Qualquer dos quadros conceptuais da família em que enquadra o do IASB, refere uma situação patrimonial ou conjunto do activo e passivo, uma situação líquida, uma demonstração ou balanço de resultados e uma demonstração ou balanço de fluxos de fundos, mesmo quando este é reduzido ao fundo de caixa e equivalentes. Ao clarificar estas quatro perspectivas Irving Fisher justifica particular atenção.

Depois de Fisher, muitos **outros economistas** que também devem ser recordadas deixaram marcas e desenvolveram ideias influenciando os entendimentos, conforme a análise económica, de valor, de riqueza, e outros conceitos relacionados, que chegaram até nós. Em respeito pela sequência dos contributos no tempo, mas tendo principalmente em atenção o interesse das suas ideias quando transpostas para os conceitos contabilísticos, faremos breve referência às achegas de

John Maynard Keynes (1883-1946; **1936**),
John Hicks (1904-1989; **1939**, 1958 e 1981),
e Ludwig von Mises (1881-1973; **1949**).

É novamente a limitação dos propósitos que orientam estes apontamentos que justifica a não referência a Arthur Pigou (1877-1950), Joseph Schumpeter (1883-1950) e a muitos outros, designadamente da segunda metade do século XX.

Na **problemática da contabilidade**, que interpretamos como **centrada na representação da riqueza**, são muitos os problemas de conceitos que têm **relações com** os de **economia**, e interessa colher toda a ajuda possível para clarificar a compreensão das realidades contabilísticas.

Pretendemos evidenciar que os **problemas relativos aos valores e aos bens económicos em si, quando objectos de análises no domínio da contabilidade, não devem ser abordados sem consideração pela evolução e achegas da análise económica**.

1. Conceitos de valor e riqueza até Irving Fisher

1.0.

Na Teoria Económica são **conceitos básicos** o de **necessidade**, de **utilidade**, de **bens**, de **bens económicos** (**úteis, escassos e acessíveis**), de **valor**. Os conceitos de **riqueza** (referindo o conjunto de bens económicos afectos a uma entidade, com, ou sem, consideração das restrições ao seu uso e aos riscos que lhe respeitam) e os de **capital** (referindo a riqueza disponível para a produção) e de **rendimento** (como indício de bem estar dos indivíduos e sociedades, ou como alteração do valor da riqueza, ou ainda alteração do valor do capital) aparecem, em geral, embutidos em análises mais específicas.

Embora dentro da economia também tenha sido analisado o conceito de **desutilidade**, por exemplo para **caracterizar o trabalho**, os valores classificados em contabilidade como passivo, por exemplo as obrigações, valores correspondentes a restrições ao uso da riqueza ou a riscos que lhe respeitam, só por excepção colheram atenção. Quando está em causa um sistema económico fechado, ou um agregado social em que aos débitos podem ser contrapostos créditos, têm pouco interesse. A riqueza vista pelos economistas corresponde, em muitos casos, ao que poderíamos rotular de **riqueza bruta, sem dedução do passivo**. A focagem **nos bens à disposição da entidade**, dos cómodos da vida na terminologia dos primeiros economistas portugueses⁵, sem considerar restrições na disponibilidade ou valores passivos, é típica da análise económica.

Quando está em destaque a **produção**, a atenção é focada no **valor da riqueza que é destinada ao processo produtivo, designando-o por capital**.

Quando é a **distribuição** de bens económicos que está em causa o conceito objecto de atenção é muitas vezes o de **rendimento**, tal como para o político preocupado com impostos. Quer o rendimento bruto ou, deduzindo encargos, o rendimento líquido, correspondem a uma realidade que, em geral, não é apresentada pelo economista como uma perspectiva de observação da riqueza.

O financeiro, economista especializado nos **meios de pagamento**, privilegia outra observação da riqueza sem fazer referência a esta como realidade de fundo, interessam-lhe os **fluxos de fundos relativos ao período em análise**.

⁵ Para desenvolvimento desta observação ver Carqueja, Hernâni O. (2001, 161/178); *Cómodas da vida, riqueza e situação patrimonial*; em *Ensaios de Homenagem a Rogério Fernandes Ferreira*; Instituto Superior de Economia e Gestão, UTL; 2001; Lisboa.

Riqueza como conjunto de bens económicos, como capital, como rendimento, como fluxos de fundos, todas as acepções são diferentes manifestações e diferentes valores de uma mesma realidade.

Qualificar um bem como económico, entender o significado de cada um dos valores referidos a um bem ou a conjunto de bens, observados num momento ou num período, e estudar os fenómenos económicos que lhes respeitam, são problemas que andam a par.

Adam Smith, e os economistas mais tarde agrupados sob o rótulo de clássicos, evidenciaram preocupação, semelhante à da actual normalização contabilística, de encontrar o valor qualificável como verdadeiro, ou real, ou objectivo, ou natural, ou justo, cuja medida implique um padrão e uma referência não subjectiva nem dependente do contexto. Analisando os bens a que atribui valor procura-se um **valor não referido ao mercado**, pois o **mercado é uma realidade exterior ao bem**. Procuram valor baseado na consideração isolada do **bem, que foi objecto duma produção e a que é atribuída utilidade**. Smith (1776), Ricardo (1817) e Say (1803 e 1826) fazem referência ao **valor trabalho incorporado** em cada uma das **sucessivas etapas da produção** de bens intermédios até chegar ao bem final, e não ignorando o papel do mercado nem o conceito de valor de mercado, procuraram o **valor natural, verdadeiro, real, analisando a produção**.

Stuart Mill (1848) **destaca a interacção produção consumo** mas, depois de evidenciar que o valor natural pode resultar em certos casos da escassez, conclui que a maior parte das coisas acaba trocada com base no seu custo de produção.

O livro de Marx, “Capital”, em 1867, abre com a análise do conceito de **bem económico** justificada pela constatação de que é a imensidão de bens económicos que constitui a riqueza social, logo depois atribui o valor, uma “forma” do bem, a “fetiche” resultante das **relações sociais de produção**, que, com a intervenção de tal “fetiche” acabam **transformadas em relações dos valores das mercadorias**.

Com a **escola austríaca**, por exemplo Böhm-Bawerk (1884), e os marginalistas, o valor verdadeiro das coisas é **aferido a partir da conduta do consumidor**, a utilidade reconhecida por este é a base do valor atribuído. Böhm-Bawerk (1884), reconhecendo o trespasses como diferença entre o somatório dos valores das coisas dum estabelecimento e o valor do conjunto, negou ao trespasses a qualificação como bem económico.

Só depois, já com Marshall (1890), foi melhor modelado o **papel do mercado na construção de equilíbrios** e, de certa forma, perdeu realce o valor como “qualidade objectiva” do bem.

Até 1900 o problema de **entender a riqueza como universalidade não foi colocado em primeiro plano, caracterizar os bens que abarcava foi o prisma de abordagem mais corrente.**

1.1. Adam Smith (1723-1790,1776)

Adam Smith (1776) evidencia a importância que atribui ao conceito de riqueza com o destaque que lhe dá no **título da sua obra de referência** a que, na versão em português, foi dado o título "**Riqueza das Nações**". É sua a seguinte exposição⁶:

" Cada homem é rico ou pobre consoante o grau em que **lhe é dado** fruir dos **bens necessários à vida e ao conforto e das diversões** próprias dos seres humanos. Mas, após a divisão do trabalho se ter estabelecido completamente, o trabalho de cada homem só poderá provê-lo de uma pequeníssima parte desses bens. A grande maioria deles terá de ser suprida pelo trabalho de outros homens e, assim, ele será rico ou pobre consoante a quantidade desse trabalho sobre que ele pode adquirir domínio, ou que lhe é possível comprar. Portanto, o valor de qualquer mercadoria, **para a pessoa que a possui** e não tenciona usá-la ou consumi-la, mas sim trocá-la por outras mercadorias, é igual à quantidade de trabalho que ela lhe permite comprar ou dominar. O trabalho constitui, pois, a **verdadeira medida do valor de troca de todos os bens.**

O verdadeiro preço de todas as coisas, aquilo que elas, na realidade, custam ao homem que deseja adquiri-las é o esforço e a fadiga em que é necessário incorrer para as obter"

Neste texto assomam já ideias e preocupações que o tempo não mudou, ou não resolveu:

- a **titularidade** "*lhe é dado*" como relação entre a riqueza e o homem (ou entidade) a que está referida,
- a **utilidade**, como **expectativa** do titular **de obter satisfação** com o fruir dos "*bens necessários à vida, conforto e diversões*",
- a **referência do valor** ao titular "*para a pessoa que a possui*",
- **o problema de medir o valor**, "*o verdadeiro preço*" e encontrar base para justificação última do valor.

Também a metodologia adoptada para esclarecer o conceito, partindo duma **observação depois esclarecimentos complementares**, tem algo de antecipação: qualquer dos quadros conceptuais contabilísticos da família em que se enquadra o do IASB⁷, não oferece definições precisas mas sim **ideias genéricas e exemplos**. Continua hoje a não ser fácil chegar a um conceito, até porque as situações do mundo real colocam muitas vezes em crise o recurso à analogia, e hoje a imaterialidade de muitos bens mais dificulta apreciações.

⁶ Transcrição da versão em português, os destaques não existem no original e visam facilitar referências. Smith (1987:119).

⁷ A DC nr. 18 e o Plano Oficial de Contabilidade acolhem o modelo de informação ao exterior correspondente à normalização internacional, FPPFS -Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements, normalização americana, SFAC 1, SFAC 2 e SFAC 6 (SFAC – Statement of Financial Accounting Concepts), e normalização britânica, SPFR - Statement of Principles for Financial Reporting. Não obstante o formato diferente, baseados numa codificação padrão tal como o POC, os planos francês e espanhol tem o mesmo modelo de base (balanço, demonstração de resultados, demonstração de fluxos de caixa e equivalentes).

Adam Smith, **distinguiu entre a realidade, as coisas, e os valores que lhe podem corresponder**. Esclareceu as noções de valores de uso, de troca e o valor “natural”, dando particular realce ao **trabalho como última explicação dos valores**. O **valor natural**, que outros haviam de referir por **valor real, valor verdadeiro, valor justo**⁸ e ainda outras expressões⁹ tradutoras duma mesma **preocupação e ideia, para as quais, depois, muitos tratadistas, continuaram a procurar conteúdo**, é uma referência que procura **romper o cerco**, tão logo se fala em valor, **da necessária referência ou a um sujeito** e à subjectividade da apreciação deste, ou à exterioridade da apreciação pelo mercado.

Entretanto, quer Smith quer os autores que o seguiram mais de perto, passam ao lado do problema de distinguir o que é situação e o que é fluxo, distinguir as coisas com valor, dos valores abstractos, de distinguir capital de rendimento, e fazem equivaler o **valor da riqueza ao capital mais o “não capital”**, entendida esta expressão como significando os bens destinados a consumo, ou melhor, não destinados à produção.

1.2. Jean-Baptiste Say (1776-1832, 1803 e 1826)

Jean-Baptiste Say (1776-1832) também coloca a **riqueza no centro de atenções da economia política** como é evidenciado pela seguinte transcrição do Catecismo de Economia Política¹⁰:

« *Que é que ensina a economia política ?*

*Ensina como as **riquezas** são produzidas, distribuídas e consumidas na sociedade.*

O que é que se entende por esta palavra riquezas?

*Pode entender-se o significado desta palavra como abrangendo **todos os bens de que o homem pode usufruir**; e nesta acepção a saúde e a alegria são riquezas. Mas só interessam à economia política as riquezas respeitantes a **coisas que se possuem e tem um valor reconhecido**. Uma terra, uma casa, um móvel, fazendas, provisões, moedas de ouro ou prata, são bocados de riqueza. Cada pessoa, ou cada família, possui uma quantidade maior ou menor de cada uma destas coisas, e os seus valores reunidos constituem a sua fortuna”*

Em carta para M. Malthus, esclarece o conceito de riqueza destacando a **natureza do valor** nos termos seguintes:¹¹

⁸ Embora agora seja também considerado o lado da procura, a ideia em pano de fundo continua a mesma.

⁹ Propositadamente não incluímos valor venal, expressão que consideramos ter significado actual muito diferente.

¹⁰ Tradução pelo autor, s destaques não existem no original e foram introduzidos na tradução e na transcrição para facilitar referências. Say, (1996 :313) :

“ *Qu’est-ce que nous enseigne l’économie politique ?*

*Elle nous enseigne comment les **richesses** sont produites, distribuées et consommées dans la société a.*

Qu’entendez-vous par ce mot les RICHESSES ?

*On peut étendre la signification de ce mot à **tous les biens dont l’homme peut jouir**; et sous ce rapport la santé, la gaieté sont des richesses. Mais les seules richesses dont il est question en économie politique, se composent **des choses que l’on possède et qui ont une valeur reconnue**. Une terre, une maison, un meuble, des étoffes, des provisions, des monnaies d’or et d’argent, sont des portions de richesses. Chaque personne, ou chaque famille possède une quantité plus ou moins grande de chacune de ces choses ; et leurs valeurs réunies composent sa fortune. »*

¹¹ Tradução pelo autor, s destaques não existem no original e foram introduzidos na tradução e na transcrição para facilitar referências. Say, (1996 :299):

“ *Mais cela ne suffit pas : nous ne connaîtrions qu’imparfaitement la nature des richesses, si nous ne ?????~..., parvenions à préciser ce mot valeur. Nous suffit-il pour posséder de grandes richesses, d’évaluer très haut les biens que nous possédons? Si j’ai fait construire une maison que je trouve charmante, et s’il me plaît de l’évaluer cent mille francs, suis-je réellement riche de cent mille francs à raison de cette maison ? Nous recevons un présent d’une personne qui nous est chère ; ce présent est inestimable à nos yeux s’ensuit-il qu’il nous rende immensément riches ?*

« Mas isso não basta : não conheceremos perfeitamente a natureza das riquezas se não precisarmos o significado do termo valor. Para possuir uma grande riqueza basta avaliar muito caro os bens que possuímos ? Se eu mandar construir uma casa que considero encantadora e se me agrada avaliá-la em cem mil francos, tenho uma riqueza de cem mil francos nesta casa? Recebemos um presente duma pessoa querida, como o presente tem valor inestimável a nossos olhos segue-se que somos imensamente ricos? Para que um valor seja riqueza é preciso que o valor seja reconhecido, não por quem o possui , mas por outra pessoa.»

Merece destaque o apontamento que faz sobre **valor atribuído por outra pessoa**, ideia que poderia ter conduzido a relacionar o valor natural com o valor de troca, o que não aconteceu.

À volta do problema de entender a riqueza esclarece a diferença entre entender por riqueza o **conjunto de coisas** ou o **conjunto de valores** que lhes corresponde. Estes podem variar, e portanto aumentar, por exemplo, mantendo-se a mesma realidade. O paradoxo de poder aumentar o valor da riqueza quando diminui o bem foi depois objecto de análise por vários autores.

Nesta separação de perspectivas de análise, o conjunto de bens em si ou o conjunto de valores que lhe correspondem, ignorando o contexto em que Say a considera, podemos encontrar uma primeira ponte para as dificuldades de opção por critérios de avaliação. A análise de Say não o conduz ao cotejo do total de valores com o valor do conjunto, nem à correspondências da ideia de valor global da riqueza com a de capital; continua a aceitar a distinção entre capital e “não-capital”, nos mesmos termos que Smith. Também como Smith baseia no **valor trabalho a explicação do valor natural** e, embora reconheça o papel do mercado a que dá particular realce em toda a análise económica, a **ênfase na produção** existe mesmo no enunciado da lei de Say “a oferta cria a sua própria procura”.

Lei de Say: a oferta cria a sua própria procura

1.3. David Ricardo (1772-1823; 1817)

David Ricardo (1772-1823), contemporâneo de Say, no seu “*Principles of Political Economy and Taxation*”, sob o título de “*Value and Riches, Their Distinctive Properties*” analisa especificamente os conceitos de valor e de riqueza (elementos da riqueza) em termos que parcialmente se transcrevem¹²:

Coisas e valor que lhes corresponde

Vous ne pouvez le penser. Pour qu'une valeur soit une richesse, il faut donc que ce soit une valeur reconnue, non par le possesseur, mais par une autre personne. »

¹² Tradução do autor a partir do texto em inglês, os destaques não existem no original, Ricardo (1817/1996:190). “A man is rich or poor,” says Adam Smith, “according to the degree in which he can afford to enjoy the necessaries, conveniences, and amusements of human life.”

“ **Value, then, essentially differs from riches**, for value depends not on abundance, but on the **difficulty or facility of production**. The labour of a million men in manufactures will always produce the same value, but will not always produce the same riches. By the invention of machinery, by improvements in skill, by a better division of labour, or by the discovery of new markets, where more advantageous exchanges may be made, a million of men may produce double or treble the amount of riches, of “**necessaries, conveniences, and amusements**”, in one state of society than they could produce in another, but they will not on that account add anything to value; for **everything rises or falls in value in proportion to the facility or difficulty of producing it**, or, in other words, in proportion to the quantity of labour employed on its production.”

“Um homem é rico ou pobre” diz Adam Smith, “conforme o grau em que pode permitir-se usufruir das coisas necessárias à vida, das comodidades, e das diversões.

O valor, então, difere essencialmente das coisas que constituem a riqueza, porque o valor não depende da abundância mas da dificuldade ou facilidade de produção. Um milhão de homens na indústria sempre produzirá o mesmo valor, mas não produzirá sempre as mesmas coisas. Pela invenção de máquinas, acréscimo de perícia, melhor divisão do trabalho, ou descoberta de novos mercados, onde possam fazer-se trocas mais vantajosas, um milhão de homens pode produzir duas ou três vezes a quantidade de coisas necessárias, ou de comodidade ou de diversão, em certa situação da sociedade do que produziriam noutra, mas nem por isso acrescenta alguma coisa ao valor porque o valor de qualquer coisa sobe ou desce em proporção com a facilidade ou dificuldade de a produzir, ou, por outras palavras, em proporção com a quantidade de trabalho aplicado na sua produção.

A terminologia usada, "riches" em vez de "wealth", dá evidência sobre a preocupação em esclarecer ideias que na época ainda não eram claras: não obstante os termos serem sinónimos. O primeiro termo, **riches, no contexto em que é usado, foca mais a atenção nas coisas do que na riqueza como conjunto**. Também na versão em inglês do livro de referência de Marx, “*Capital*”, aparece igualmente este termo, "riches", e igualmente focando coisas, em alternativa aos seus valores no conjunto em que se integram.

Na exposição de Ricardo sobre valor e riqueza abundam as referências tanto a Smith como a Say. Considera que Smith descreve inicialmente a riqueza de forma correcta mas erra quando depois conclui que se é rico ou pobre conforme a quantidade de trabalho que é possível adquirir, pois tal aquisição implica um valor de troca e a riqueza não pode ser medida nesta base. Demarca-se também de Say quando considera que este confunde valor de uso, alterável por condições naturais, e valor de troca. Toda a sua exposição está focada em esclarecer a ideia de que é o valor em trabalho que explica o valor de troca, as facilidades naturais só alteram o valor de uso.

Embora a expressão valor de troca sugira também relação com a procura, Ricardo, tal como antes Smith e Say, procura explicação **do lado da produção**. Na análise de Ricardo mantém-se a preocupação de Smith com "**verdadeiro preço**", embora com diferenças de entendimentos e dentro de outra abordagem. A sua análise é esclarecida no parágrafo seguinte¹³:

“Nos primeiros estádios da sociedade, o valor de troca destes bens, ou a base para determinar quanto de cada um tem que ser dado em troca por outro, depende quase exclusivamente na quantidade de trabalho aplicado em cada um”.

É o valor correspondente a uma coisa, e não a coisa em si, que aparece em pano de fundo quando se refere **valor verdadeiro, ou em valor objectivo, ou em valor real** (mesmo que justo?).

1.4. John Stuart Mill (1806-1873, 1848)

¹³ Ricardo (1996:18): “*In the early stages of society, the exchangeable value of these commodities, or the rule of how much of one shall be given in Exchange for another, depends almost exclusively on the comparative quantity of labour expended on each.*”

John Stuart Mill (1806-1873), classificado no grupo de economistas clássicos, depois das obras de referência de Smith(1776), Say(1803), Ricardo(1817) e Malthus(1827), viveu já inteiramente no **século XIX** e influenciou o **ensino e estudo de Economia como autor de referência em toda a segunda metade do século XIX**.

Preço como resultante do equilíbrio entre a oferta e a procura

A sua obra de referência *“Principles of Political Economy with some of their Applications to Social Philosophy”*, foi publicada em 1848¹⁴ e foi algumas vezes apreciada como sendo uma actualização à época da *“Riqueza da Nações”* de Smith. Acreditado principalmente por ter procurado **articular o saber dos clássicos**, também acrescentou observações importantes, em que se destacam o princípio *“a oferta cria a sua própria procura”* e o papel que atribuiu ao mercado.

Stuart Mill aborda expressamente o problema de definir riqueza escrevendo¹⁵:

“A riqueza, pode, pois, ser definida como todas as coisas úteis e agradáveis que possuem um valor de câmbio; ou, noutros termos, todas as coisas úteis e agradáveis, excepto aquelas que podem obter-se, na quantidade desejada, sem trabalho ou sacrifício algum.”

Evidencia a natureza do trabalho que só cria utilidades¹⁶, fixadas e incorporadas em objectos exteriores, fixadas e incorporadas em seres humanos, meras prestações de serviços que não são incorporadas nem fixadas em objecto algum. Relaciona diferentes entendimentos de riqueza com estas três naturezas de utilidade, acabando por concluir:

“..., neste tratado entendo por riqueza só a chamada riqueza material, e por trabalho produtivo só aquelas classes de esforço que produzem utilidade incorporada em objecto material”.

Esclarece que inclui no trabalho produtivo aquele que só o é indirectamente. Sobre o termo capital acentua o erro de identificar o conceito com o de riqueza, esclarecendo, dentro da análise da produção, que capital é a existência acumulada de produtos do trabalho anterior.

Sobre o valor escreve¹⁷

“Além do valor temporal ou de mercado as coisas tem também um valor permanente, que pode chamar-se natural, para o qual o valor de mercado tende a voltar depois de cada variação; e as variações compensam-se umas às outras de tal maneira que, em termos médios, as mercadorias são trocadas mais ou menos pelo seu valor natural.”

Seguidamente esclarece sobre o valor natural que certas coisas tem natural e permanentemente um valor decorrente da escassez, mas a maior parte das coisas acabam trocadas em função dos custos de produção, a que também pode chamar-se valor de custo.

A relatividade do valor, ao implicar um cotejo, uma referência temporal e uma referência ao mercado, a que Mill procurou dar evidência, é uma achega esquecida na contabilidade, quando se defende a indicação de um valor num mercado que não é o da empresa, estimado com base numa transacção que não aconteceu e a que portanto faltam referências essenciais.

¹⁴ Existe tradução baseada na sétima edição em inglês, de 1871, em castelhano com o título *“Princípios de Economia Política”*, edição do Fondo de Cultura Económica, México, 1978. (Biblioteca da FEP:CE(a) 459, N.19003)

¹⁵ Tradução a partir do texto em castelhano. Mill (1978:35)

¹⁶ Mill (1978:65-66)

¹⁷ Mill (1978:420)

1.5. Carl Marx (1818-1883,1867)

Carl Marx (1818-1883), contemporâneo de Mill, embora mais novo e sobrevivendo-lhe, é também inteiramente do século XIX e compartilha com os clássicos o particular realce dado ao **valor trabalho, mas são muito diferentes as suas conclusões** e passou à história por ter posto em causa a **titularidade da riqueza relacionada com os meios de produção. À**

escola austríaca e aos históricos alemães, marcados pelas preocupações éticas, com quem contactou, Marx sobrepõe proposta política visando alterar os pressupostos da análise económica.

Mas as inferências políticas das suas análises não o demarcam, quanto aos entendimento do valor e das riquezas, dos seus contemporâneos e dos pioneiros e, surpreendentemente, e apesar das muitas décadas e dos esforços de muitos estudiosos que procuraram apurar as suas ideias, também a agora experimentada alteração da titularidade dos meios de produção não deu azo a valores alternativos.

No desenvolvimento das ideias de Marx ao **“valor verdadeiro”** baseado nos entendimentos dos clássicos e **determinado a partir da oferta**, e ao valor justificado pelo **equilíbrio entre oferta e procura no mercado**, sucede o valor dos bens, entendido como **valor resultante duma organização política.**

Marx interpreta o **valor como "fetiche" aceite pela sociedade¹⁸ e que ganhou forma própria acabando atribuído à coisa como se fosse uma sua propriedade.** Quando **estudiosos actuais buscam o valor justo, ou valor objectivo, ou valor real** (a diferença de adjectivos não corresponde a significativas diferenças de preocupações), **procuram justiça, objectividade ou realidade no fetiche identificado por Marx.** A história acabou por dificultar o entendimento do valor como resultante de opções políticas e por não colaborar com Marx: o valor dos "cómodos e agradáveis à vida", que são a base da riqueza individual, acabou determinado no mercado, algumas vezes "subterrâneo", que evidenciou o seu papel.

A chamada de atenção para o "fetiche", em que se baseia o tratar o valor como se tivesse forma existencial na coisa a que é atribuído, é um ponto da

Fetiche
valor entendido como atributo duma coisa, em vez de atributo resultante do quadro em que esta existe.

¹⁸ Marx (1990:195) *“It is nothing but the definite social relation between men themselves which assumes here, for them, the fantastic form of a relation between things. In order, therefore, to find an analogy we must take flight into the misty realm of religion. There the products of the human brain appear as autonomous figures endowed with a life of their own, which enter into relations both with each other and with the human race. So it is in the world of commodities with the products of men’s hands. I call this the fetishism which attaches itself to the products of labour as soon as they are produced as commodities, and is therefore inseparable from the production of commodities.”*

análise de Marx que justifica especial atenção dos contabilistas porque até no uso de qualificativos, de que é exemplo o adjectivo justo, **o "fetiche" parece ter acolhimento na pesquisa e soluções contabilísticas actuais.**

1.6. Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914;1884)

Eugen von Böhm-Bawerk¹⁹(1851-1914),. sucedeu na cátedra de Economia, em Viena, a Wieser (1851-1926) e é hoje considerado uma das referências da Escola Austríaca. Embora, tal como Wieser e o antecessor deste Menger (1840-1921), tenha definido **riqueza** como a “**totalidade de bens económicos ao dispor dum indivíduo**”²⁰, assumiu posição muito particular ao caracterizar bens económicos. Neste tema o seu pensamento pode esquematizar-se conforme o seguinte discorrer):

Para que haja um bem económico é preciso

- que haja uma necessidade que possa ser satisfeita,
- que o bem (coisa) possua propriedades para satisfazer a necessidade,
- que se saiba que o bem pode ser usado para satisfazer a necessidade,
- que se saiba como utilizar o bem para satisfazer a necessidade,
- que haja possibilidade de utilizar o bem.

Esta qualificação dos elementos da **riqueza**, os bens económicos, corresponde já a apuro significativo do conceito. A atribuição de **utilidade** (expectativa de satisfazer a necessidade) e a **titularidade** (acesso ao uso do bem) são características já anotadas na análise de Smith,

Caracterização precisa de bem económico.

embora com menos elaboração e precisão terminológica. Os entendimentos do autor agora em referência

demarcam-se quando a **utilidade** é vista não como expectativa dum indivíduo mas como **propriedade do bem em si** (*que o bem possua propriedades*), quando distingue entre saber-se que uma coisa pode ser usada para satisfazer uma necessidade, e **saber como utilizá-la** (respectivamente o *bem possa ser usado* e *se saiba como utilizar*), e por último quando analisa a **possibilidade de utilizar** o bem. A distinção entre possibilidade de utilizar e saber como utilizar não é feita por Menger, também da Escola Austríaca, para quem a capacidade para utilizar implica o saber como fazê-lo.

O entendimento da **utilidade** em termos equivalente à de **propriedade duma coisa**, conjuntamente com o entendimento da **possibilidade de**

¹⁹ Não foram consultados os textos originais, a exposição baseia-se principalmente em Endres,(1987),e Hennings (1997).

²⁰ Endres(1992:216) anota que a definição coincide palavra por palavra com a Menger e cita o próprio Böhm-Bawerk(1962:86).

utilização, serve de apoio ao **requisito de objectividade** do bem como coisa. Um direito legal não se confunde com o bem a que respeita, só a utilização do bem pode satisfazer a necessidade e portanto só este, o bem ou coisa, é bem económico. Embora o trespasse, quando corresponda a clientela, possa ter um valor de troca, tal valor apoia-se no conjunto dos outros bens correspondentes a coisas sobre as quais se exerce a capacidade de as utilizar, e só essas são bens económicos integrantes da riqueza. Sem elas não há trespasse e o valor atribuído ao trespasse assenta nelas, **o trespasse não é bem económico**²¹. Este posicionamento não é característico da Escola Austríaca, mas sim de Böhm-Bawerk.

Entretanto o pensamento da Escola Austríaca marca uma viragem na atribuição valor: **o valor dum bem é explicado pela utilidade que lhe é atribuída pelo seu titular, o valor de uso**. Não é a produção que explica o valor, mas sim a **utilidade atribuída pelo consumidor a coisas, e a atribuição baseia-se em utilidade justificadas por expectativas, e portanto estas são a base para explicar as atribuições de valor**. Independentemente da coisificação dos bens económicos, em que Böhm-Bawerk assume posição muito sua; **a formação de preços** que inclui o juro, **é analisada a partir do consumidor e suas expectativas**, este é um posicionamento bem distinto dos clássicos ou de Marx.

Depois de Böhm-Bawerk vários economistas colocaram também as expectativas em primeiro plano, por exemplo Keynes, Hicks e von Mises. Nos quadros conceptuais da normalização contabilística, de que o do IASB é exemplo, as expectativas de “inflows” e “outflows” são uma das bases do reconhecimento e atribuição de valor, mas nem sempre é clara a referência de tais expectativas: empresa como construto social ou alguma categoria de agentes em especial?

1.6. Alfred Marshall (1842-1924,1890)

Alfred Marshall (1842-1924), professor em Bristol e Cambridge, muito citado ainda no virar para o século XXI em livros de introdução à economia, apurou e **sistematizou o conhecimento dos clássicos** e deixou a microeconomia com a compartimentação por assuntos que em grande parte ainda sobrevive. Merece menção especial o seu contributo, na teoria

Análise gráfica do equilíbrio entre procura e oferta como explicação dos preços.

²¹ Tal como o valor de um automóvel não corresponde à soma dos valores das peças, e o automóvel é uma coisa diferente do conjunto das peças que o integram, também um património não se confunde com os elementos que o integram e o seu valor como universalidade pode ser diferente da soma dos valores das coisas que o integram. Fora do espartilho da digrafia contabilística não é forçoso recorrer à figura do trespasse criando uma igualdade. (Comentário do autor)

do valor, para a **teoria de preferências do consumidor**, e para a **formação de preços**. O conceito de **elasticidade da procura** e a **representação gráfica habitual para esclarecer o equilíbrio de preços**, são legado de Marshall.

Na sua obra de referência (1.^a edição em 1890, 8.^a em 1920 e reedição em 1997), “*Principles of Economics*”, dedicou um capítulo a esclarecer a noção de riqueza, outro ao de rendimento e de capital e uma parte (Book III) às necessidades e sua satisfação, parte que termina com análise dos conceitos de valor e utilidade. O conceito de capital também lhe mereceu atenção, especialmente na teoria da produção, assumindo a presunção de que tratava dum valor rígido em períodos curtos.

Tem especial actualidade, dado o interesse suscitado pela actual corrente abreviadamente designada por CIV²², o realce dado à conveniência de considerar a **história dos termos**. É sua²³ a afirmação: “*temos que manter presente a história dos termos que usamos*”.

Esclarece o entendimento de **valor**, depois de referir os dois sentidos que lhe foram atribuídos por Smith e rejeitar a acepção referida a utilidade dum coisa, nos termos seguintes²⁴

“*O valor, isto é o valor de troca, de uma coisa em termos de outra num certo lugar e tempo, é a quantidade dessa segunda coisa que podemos obter nesse lugar e então em troca da primeira. Assim o termo valor é relativo, e expressa a relação entre duas coisas num certo lugar e certo momento.*”

Define **riqueza**²⁵ como conjunto de **bens económicos externos** a uma entidade que lhe pertencem e não a qualquer outra e são susceptíveis de avaliação em dinheiro, embora considere tolerável que se fale ocasionalmente em riqueza da pessoa como incluindo a sua própria, não externa, capacidade produtiva.

Distingue, nos conceitos de **rendimento** e **capital** que considera sempre relacionados, diferentes acepções conforme estão referidos a uma entidade ou negócio, ou à colectividade. Quando referida a um negócio o **rendimento líquido é visto como resultante do rendimento bruto menos os encargos relacionados com a produção do rendimento bruto**. O **capital** de uma pessoa²⁶ é a **parte da sua riqueza que ele destina à obtenção do rendimento**.

Entre os contributos de Marshall anote-se ainda a análise que faz do **valor recebido pelo consumidor quando faz uma compra** (1997:124) anotando que em geral é **superior ao que paga**, dentro do seu apreço. O valor subjectivamente atribuído pode ver-se como medida de utilidade e portanto podemos dizer que a **compra corresponde a atribuir maior**

²² Acrónimo de “Critical Interpretative View”,

²³ Tradução do autor, texto original, Marshall (1997:51): “.. *we must keep in mind the history of the terms we use*”

²⁴ Tradução do autor, texto original, Marshall (1997:61): “*The Value, that Is the Exchange value, of one thing in terms of another at any place and time, Is the amount of that second thing which can be got there and then in exchange for the first. Thus the term value is relative, and expresses the relation between two things at a particular place and time,*”

²⁵ Marshall (1997:57)

²⁶ Marshall (1997:71).

utilidade à coisa comprada que ao valor pago²⁷. Esta observação pode assumir particular importância para por em causa o conceito de “valor justo”, que em 2003 tem tanto destaque na normalização contabilística. Como nota final sobre os contributos deste economista para esclarecimento de conceitos com interesse para a contabilidade, salientamos o **requisito**, para qualificação dum bem como parte da riqueza, da **possibilidade de atribuir um valor**.

²⁷ Sobre este tema, “significado do preço”, abordado em termos contabilísticos, é muitas vezes citado Iuji Ijiri (1967); *“The Foundations of Accounting Measurement: A Mathematical, Economic and Behavioral Inquiry”*; Englewood Cliffs; New Jersey; XVI+235 pág.s.

2. Irving Fisher (1867-1947,1906): riqueza entendida como activo e passivo, como capital, como rendimento, como fluxos.

Desde meados da década de sessenta que na Faculdade de Economia da Universidade do Porto é reconhecida correspondência entre o conceito de riqueza apresentado na obra de 1906 do professor americano **Irving Fisher**, e o **conceito que a informação contabilística parece presumir. Tal correspondência é mais evidente desde o último quartel do século XX.**

Até Fisher²⁸ a preocupação dominante era explicar o **valor de cada coisa**, pelo trabalho implícito na sua produção (clássicos), pela utilidade para o consumidor (Böhm-Bawerk), pela história (Marx), ou pelo encontro de interesses (Mill e Marshall). Fisher desloca a análise expressamente para o **conjunto de coisas**, a riqueza (wealth) que define como o **conjunto de objectos materiais possuídos pelo homem** (*material objects owned by human beings*). A posse implica direitos de propriedade (“*property rights*”) criando uma relação entre estes e a riqueza, o que esvazia parcialmente a imposição de materialidade²⁹.

Explica como a riqueza pode ser observada sob dois prismas diferentes:

1. - A riqueza pode ser vista em referência a **um momento do tempo**. Teremos uma visão estática de uma existência (stock) que pode ser medida por única quantidade: o **valor da riqueza**. À “quantidade” de riqueza existente num momento do tempo chama **capital** (*capital = quantity of wealth existing at an instant of time*)
2. - Mas podemos ver também a **riqueza como fluxo** (flow or stream) de coisas produzidas, consumidas, transformadas, transportadas durante dado período de tempo. Para efectuar a medição deste aspecto da riqueza há que recorrer a dois números: um traduzindo a **duração do período** considerado e outro o **valor total das coisas passadas como fluxo**. Poderemos em certos casos ter interesse em referir a relação entre as duas grandezas e então serve como medida a razão do fluxo pelo tempo (rate of flow). Esta visão de riqueza como um fluxo traduz-se pelo conceito de **rendimento**.

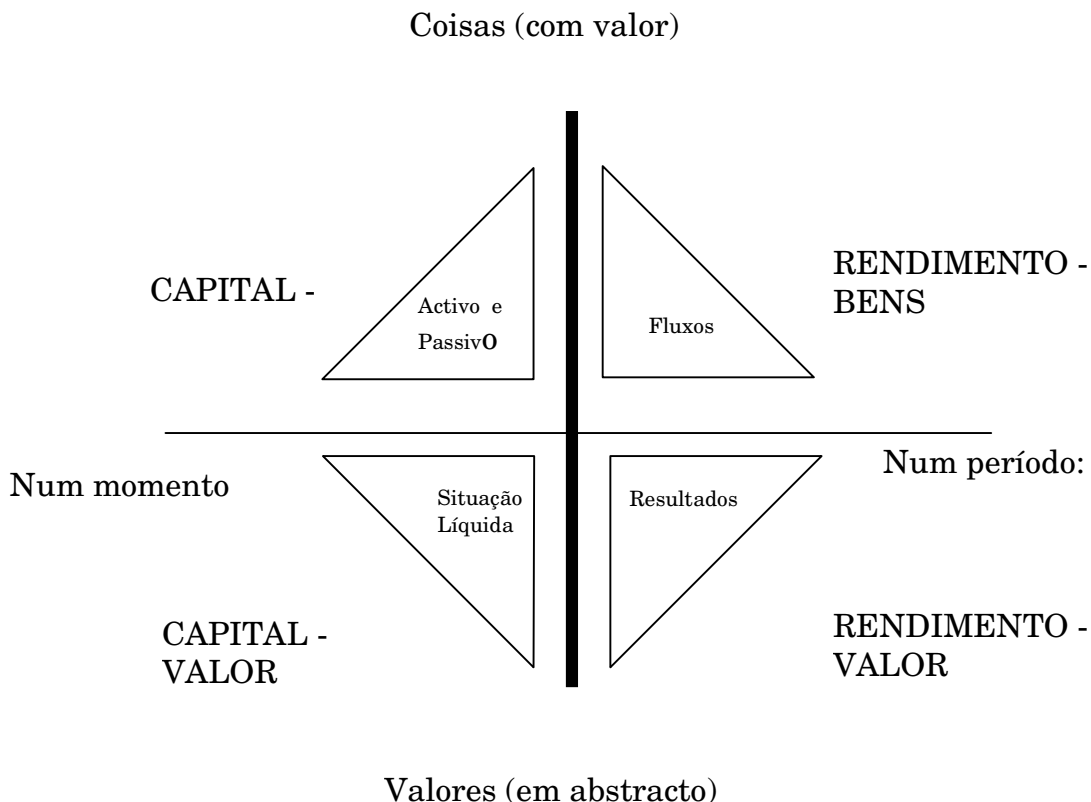
Para Irving Fisher o **capital é um fundo**, o **rendimento um fluxo** (*capital is a fund and income a flow*) e ambos os conceitos referem aspectos de uma mesma coisa: da riqueza (*wealth*).

²⁸ No VIII Congresso de História da Contabilidade, realizado em 1998 em Madrid, Tom Rowles (1998) apresentou uma comunicação sobre os conceitos de capital e rendimento observados em contas de empresas antes de Irving Fisher, em que acaba por dar especial realce ao modelo de análise deste autor.

²⁹ Fisher (1906:28) qualifica o trepasse como propriedade: “*Good will is a less certain thought still a valuable form of property*”.

Quer o capital, perspectiva estática da riqueza, **quer o rendimento**, perspectiva dinâmica da riqueza, podem ser considerados por um duplo ângulo:

- o da **especificidade**, vendo as coisas singulares que integram o conjunto considerado,
 - o do **valor** vendo o conjunto expresso numa grandeza,
- o que nos conduz ao seguinte esquema de síntese:



O prisma da especificidade mostra-nos

sob o ponto de vista estático o CAPITAL - BENS,
sob o ponto de vista dinâmico o RENDIMENTO - BENS.

O prisma do valor mostra-nos o

sob o ponto de vista estático o CAPITAL - VALOR,
sob o ponto de vista dinâmico o RENDIMENTO - VALOR.

Capital e rendimento correspondem respectivamente a uma visão estática e uma visão dinâmica, qualquer deles pode ser medido por uma só grandeza ou decomposto nos diferentes elementos que integram a realidade.

Existe o problema de saber se algum(s) dos aspectos pode(m) ser tomado(s) como causa(s) e outro(s) como efeito(s). Ao homem de negócios, que pensa em valores e é motivado pelo rendimento, parecerá certamente que o rendimento-valor é a causa do capital-valor. Ao camponês impressiona a colheita dos frutos produzidos pela árvore e talvez considere o rendimento-bens como efeito do capital-bens.

Quer em valores, quer em bens, complica-se a análise quando notamos que alguns elementos do capital se reduzem à possibilidade de produzir rendimentos (trespasse) e outros parecem incapazes de produzir rendimento (obras de arte). Também não é expresso, nem tem solução evidente, o **enquadramento dos valores relativos a mais e menos valias**.

Falta de consideração de mais e menos-valias

Mas, sem ignorar as questões que Irving Fisher deixa em aberto, e face às equivalências indicadas no esquema, parece ser evidente a correspondência entre o esta visão de riqueza, e o modelo de informação contabilística baseado nos balanços de Situação Patrimonial, Situação Líquida, Fluxos e Resultados. Os balanços de Situação Patrimonial e o de Situação Líquida são combinados num só que é muitas vezes referido por Balanço da Posição Financeira ou Balanço de Situação Financeira.

Na disciplina de Teoria da Contabilidade da FEP o património, ou a riqueza, é interpretado, **num certo instante como um conjunto de coisas com existência específica, e também como um todo coeso a que corresponde um valor com uma história, e num período como um conjunto de fluxos, a que globalmente também podemos fazer corresponder a um valor com uma história**. Na maioria dos casos num instante **a cada coisa podemos fazer corresponder mais que um valor**, este depende da finalidade da avaliação. Podemos ter várias séries de valores relativas ao mesmo património, e nem por isso teremos vários patrimónios. **São as coisas que identificam um património e não os valores que lhes fazemos corresponder**. Numa perspectiva de coisas qualquer delas, activo e passivo, ou fluxos não financeiros, pode ser objecto de avaliações diferentes. Há casos em que mesmo os fluxos financeiros podem não ter valor único (por exemplo em moeda estrangeira).

Na medida em que a contabilidade só consegue informar atribuindo valores, a equivalência entre o modelo de informação contabilística e **o modelo de interpretação da riqueza por Fisher**, que compreende também uma perspectiva do conjunto de coisas sem consideração de valores, **pode ter leituras conducentes a menos evidência, o que é agravado pela dificuldade de tradução**. Irving Fisher faz corresponder aos termos em inglês, “capital” e “income” conceitos muito seus, quando distingue “capital-goods” de “capital-value” e “income-goods” de “income-value”.

3. A riqueza e o rendimento depois de Fisher

3.0.

Não obstante ser característico de Fisher posicionamento de intervenção social, os seus pareceres e escritos relativamente à grande depressão que precedeu a década dos trinta, defendendo o deixar o mercado reajustar-se, prejudicou a sua popularidade. Simultaneamente a originalidade do pensamento de Keynes, e também as propostas de outras economistas, ofuscaram as suas opiniões. Foi talvez mais por **influência do desenvolvimento das finanças de empresas**, de que Irving Fisher foi pioneiro, que voltou a colher atenções no último quartel do século XX.

Entretanto destacaram-se como referências, até meados do século, Keynes, Hicks e von Mises. É característica deste período, em especial do segundo quartel do século XX, a consideração em **segundo plano da riqueza e tomada da ribalta pelos conceitos de capital e rendimento**, adquirindo este último importância muito especial como indicador de bem estar social. Como já anotámos, o horizonte muito limitado destes apontamentos traduz-se pela não referência a muitos economistas que deixaram rasto no desenvolvimento da teoria económica, e saberes afins, na mesma época.

3.1. John Maynard Keynes (1883-1946,1936)

John Maynard Keynes (1883-1946,1936) atraiu muitas atenções do mundo ocidental nas duas décadas seguintes à publicação, em **1936**, do seu livro *“Teoria Geral do Emprego, Juro e Moeda”*³⁰. Influenciou toda a política de intervencionismo não só ainda na década dos trinta como no após guerra. Na análise deste economista a riqueza cede, tal como para a do clássico³¹ Artur Pigou (1877-1959), o primeiro plano ao **bem-estar social** (well fare) e é **o rendimento que desempenha o papel de destaque como indicador de bem estar social**. Como aparecem ligados o rendimento e o capital, toda a teoria keynesiana está informada por ambos os conceitos, objecto de esclarecimento sob o tema *“Definições e ideias”* no capítulo 6 que tem o título *“Definição de rendimento, poupança e investimento”*. Usando da **concisão e precisão característicos da sua obra**, e depois de esclarecer as ideias recorrendo a símbolos, conclui³² (1997:53):

“Nestes termos podemos definir rendimento do empresário como sendo o excesso da produção ultimada e vendida durante o período sobre o seu custo primário.”

³⁰ Keynes (1997:título): *“The General Theory of Employment, Interest and Money”*.

³¹ O rótulo foi-lhe atribuído por Keynes(1936,3) que expressamente esclarece considerá-lo na sucessão de Smith, Ricardo e Mill.

³² Keynes (1997:53): *“We can then define income of the entrepreneur as being the excess of value of his fished output sold during the period over his prime cost.”*

Destacando adequadamente o **papel das expectativas na determinação do custo**, naquilo a que designa custo suplementar, e corresponde ao **valor estimado da depreciação**, destaca o papel que desempenha para o produtor o “income and gross profit”. Não passa ao lado das mais e menos valias, realidade que analisa sugerindo rotular estas últimas de “windfall loss”, e esclarecendo o seu pensamento assim³³:

A depreciação é um valor estimado.

Então fica a alteração no valor do equipamento, devidas a mudanças imprevistas nos valores de Mercado, obsolescência excepcional ou destruição por catástrofe, ambas involuntárias e — em sentido comum — imprevistas. A perda efectiva desta natureza, que ignoramus mesmo ao calcular rendimento líquido e encargos, pode ser chamada Windfall loss”

Keynes destaca a relação entre poupança e **investimento, incluindo neste o aumento de existências**. Em Portugal o destaque das variações de existências, aumentos ou diminuições, ocorrerá na expressão contabilística depois do Código da Contribuição Industrial, já na década de 1960³⁴.

Keynes caracteriza-se pela abordagem dos conceitos pelo lado pragmático, esclarecendo o que se inclui e não inclui, tal como acontece nos quadros conceptuais que enquadram as normas contabilísticas, e como aconteceu com os primeiros economistas, por exemplo Smith.

O destaque do rendimento como indicador de bem estar, ou de riqueza(?), é por vezes considerada como uma das originalidades inglesas, que se contrapõe à focagem continental (ou latina?) no capital (ou na situação patrimonial?). De facto **o rendimento é uma manifestação da riqueza que ao longo dos tempos tem tido apreço social diferente versus a situação patrimonial, apreço social que também difere com a localização**.

Mais e menos-valias consideradas na análise.

É vulgar o termo riqueza ser usado com abrangência (extensão) limitada à situação patrimonial, ou ao capital quando vista a situação patrimonial como uma universalidade e com um valor global. **Keynes, foca a atenção no rendimento**.

A contabilidade teria dado destaque mais cedo ao balanço de fundos e à demonstração de resultados, nos termos que se pretende rotular de “Comprehensive Income”, se os contabilistas tivessem dedicado mais atenção à interpretação para efeitos contabilísticos do conceito de rendimento e noção de mais e menos valias que propôs. Keynes deixou em aberto o problema da correlação entre riqueza e bem estar e as dificuldades de atribuir valores a uma e outra destas dimensões das realidades sociais.

O Keynesianismo como corrente de pensamento ocorreu em **simultâneo com a matematização da economia**, designadamente com o desenvolvimento de **modelos econométricos**, pelo que seriam de esperar

³³ Keynes (1997:57) “There remains the change in the value of equipment, due to unforeseen changes in market values, exceptional obsolescence or destruction by catastrophe, which is both involuntary and – in a broad sense – unforeseen. The actual loss under his head, which we disregard even in reckoning net income and charge to capital account, may be called the windfall loss”.

³⁴ Com alguma influência do plano contabilístico francês, nos planos de contas sugeridos na FEP esta conta foi usada a partir, de 1967/68.

preocupações operacionais como facilitar a quantificação, o que não se registou.

Anote-se que, significativamente antes, em 1927, já o reitualismo de Zappa tinha questionado a primazia do cálculo da capital e destacado o cálculo do rendimento. Mas em muitas escolas o pensamento contabilístico continuou ainda por anos demasiado centrado na explicação da técnica digráfico e mecânica das contas. Anote-se ainda que os economistas, embora a contabilidade tivesse já alguma tradição com a dignidade de disciplina universitária quando da edição do livro de Keynes, aparentemente não tomaram conhecimento das achegas de Zappa ou de Schmidt ou de Schmalenbach tal como os contabilistas passaram em claro as implicações contabilísticas do pensamento Keynesiano³⁵.

O acolhimento das ideias de Keynes, pela política e pela academia, não teve influência nem nos modelos contabilísticos de informação, nem nas expectativas sociais relativas à informação contabilística.

3.2. John Richard Hicks (1904-1989, 1939 e 1981)

John Richard Hicks (1904-1989, 1939 e 1958). Conjuntamente com o professor J. K. Arrow recebeu o prémio **Nobel de Economia em 1972**. Iniciou a carreira académica como professor na London School of Economics em 1926 e foi depois professor em Cambridge, Manchester e Oxford. Entre as suas obras de referência conta-se "*Value and Capital*" (1939)³⁶ que é lugar comum, quer em economia quer em contabilidade, citar a propósito da **noção de rendimento**³⁷:

" . . . podemos definir o rendimento de uma pessoa como o valor máximo que pode consumir durante uma semana, mantendo a expectativa de acabar a semana com tanta riqueza como a começou. . . "

Justificam especial atenção dos contabilistas as reflexões apresentadas em reunião de economistas já em 1958 sobre "*Measurement of Capital- in Theory*" e depois na reunião de estaticistas "*Measurement of Capital- in Practice*". Mantendo o critério de procurar caracterizar o pensamento dos autores, na medida do razoável, com base em transcrições, eis alguns parágrafos que são referências, Hicks (1981:205)³⁸:

" Essa é a nota com que pretendo concluir. Capital é riqueza num momento do tempo; mas o tempo é um fluxo; violentamo-lo quando o paramos por um momento. O capital tem valor porque pode ser usado no futuro, mas quem sabe, agora, qual o uso que o futuro lhe dará? Os bens de capital existem porque se pensou, no passado, que o que era então futuro lhe daria uma utilização; as coisas foram herdadas do passado, existem por virtude do passado. São elos entre o passado e futuro; quanto mais olharmos para estes elos entre passado e futuro, mais essenciais são. Contudo ao avaliá-los, o que por si é situá-los no tempo, temos que lhes dar uma referência temporal; temos que os fazer recuar para o presente.

³⁵ Na década de sessenta, a disciplina de Economia II, na FEP, centrava-se no entendimento e consideração da análise Keynesiana.

³⁶ Estas notas baseiam-se principalmente na obra já de 1981: "Wealth and Capital", Collected Essays on Economic Theory, 1981, Oxford.

³⁷ Tradução de "... we ought to define a man's income as the maximum value which he can consume during a week, and still expect to be as well off at the end of the week as he was at the beginning.."

³⁸ Os destaques não existem no original.

A riqueza tem dois aspectos, a de estoque e a de fundo; sem uma ideia clara do estoque é difícil definir o fluxo. O problema de medir o capital tem que ser considerado, mesmo que só para clarificar o conceito de rendimento. A familiaridade com o formato de contas apropriado para as sociedades de responsabilidade limitada foi então de grande ajuda. A sociedade tem um balanço que é uma demonstração da sua riqueza num certo momento, tal como uma conta de resultados, que é a demonstração da sua actividade num período. Tem várias contas de resultados, como convencionalmente indicado (conta de exploração, de lucros e perdas, etc.) mas estas podem ser consolidadas numa só conta se desejar. O balanço é algo diferente que não pode ser-lhes junto.³⁹

O capital é recebido do passado e é valorado no presente, quando não se sabe ao certo que utilidade que terá no futuro.

O modelo descrito não explica a simultânea informação sobre situação patrimonial e situação líquida nem a coexistência de balanços de resultados e balanços de fluxos, e o conceito de capital apresentado como conjunto de elementos de riqueza num momento não respeita a terminologia contabilística corrente. O seu muito citado conceito de rendimento secundariza este, tornando-o dependente do conhecimento prévio do capital, valor da riqueza. Esta conceptualização fica muito aquém do poder explicativo da análise de Fisher, baseada em diferentes manifestações da riqueza.

Entretanto merece realce a observação sobre a ligação passado, presente e futuro. **Houve poupança no passado, foram as expectativas de então que conduziram à riqueza presente, mas são as expectativas sobre o futuro que justificam o valor presente.** Também Mises realçou o papel das expectativas

3.3. Ludwig von Mises (1881-1973,1949)

Ludwig von Mises⁴⁰ (1881-1973), autor de “*Socialism*” (1936) e “*Human Action*” (1949 e 1963), interventor na apreciação do socialismo e sua compatibilização com os mercados, **um dos poucos economistas que procurou esclarecer o papel da contabilidade no processo social, destacou o papel da medida do capital e rendimento para a determinação das condutas pessoais**, a que dedicou a maior atenção.

³⁹ Pag 205 *That is in fact the note on which I wish to conclude. Capital is wealth at a moment of time; but time is a flow; we do it violence when we seek to stop it for a `moment'. Capital has value because it can be used in the future, but who knows, now, what use the future will make of it? Capital goods are in existence because it was thought, in the past, that what was then the future would be able to make use of them; they are inherited from the past, they exist because of the past. They are links between past and future; however we look at them, these links, with past and future, are essential to them. Yet in making a valuation of them, which is itself to appear in a time-series, we must give them one time-reference; we must bring them back to the present.*”

“Wealth has two aspects, stock and flow; without a clear idea of the stock concept, the flow concept itself is hard to define. The problem of measuring capital had to be envisaged, if only in order that there should be some clarification in the concept of income.

Familiarity with the form of accounts that is proper for a limited liability company was then a great help. The company has a balance-sheet which is a statement of its wealth at a point of time, as well as running accounts, which are statements of its activities over a period. It has several running accounts, as conventionally expressed (trading accounts, profit and loss account, and so on) but these could easily be amalgamated into a single running account, if it was desired to do so. The balance-sheet is something different, which could not be amalgamated with them.”

⁴⁰ Recensão não baseada na análise directa das suas obras. Tem como fonte principal Blaug (1992b).

Mais velho, embora sobrevivente a Keynes que faleceu em 1946, deve ser entendido como **posterior** dado o **período em que se tornou notada a sua análise** da "Human Action". Razão idêntica vale relativamente a Hicks cujo livro de referência é de 1939, 10 anos antes de "Human Action". Mises é qualificado como neoliberal, condenou o socialismo "*pela fatal ineficácia resultante da impossibilidade de conviver com os mercados*" necessários à optimização económica.

Na sua análise destaca que a **busca racional sistemática da melhor hipótese** por cada indivíduo, implica uma escada de preferências em que interessam as posições relativas. Os juízos sobre valor conduzem não a quantidades absolutas, mas a **conclusões tipo maior ou menor, implicam uma referência**. Embora análise semelhante tenha sido feita por outras tratadistas antes de Mises, este aborda o problema **num período histórico em que o socialismo era foco de muita atenção, numa óptica de racionalidade individual**, o que muito contribui para o lugar que lhe é reconhecido na construção do pensamento económico.

As dificuldades da política económica são interpretados como resultantes da **incerteza do futuro e mudanças de condicionantes, incluída a informação**. Não existiriam dificuldades se a economia pudesse ser interpretada com base em modelos estáticos, mas **a economia real traduz-se num processo dinâmico** em que **os valores das transacções passadas são meros apoios para as previsões e a racionalidade destas não basta para resolver as mudanças de cenários**.

Neste contexto a riqueza corresponde a **valores de passado com valor presente baseado em expectativas**, e tal como os rendimentos passados, gastos para satisfação pessoal ou poupados e integrados na riqueza, os valores passados são mera consideração para previsões, que vão **mudando com novas informações e constatação de mudanças**.

O contributo de Von Mises que em especial pretendemos registar diz respeito ao **destaque das previsões como apoios das decisões individuais, e à redução dos valores que em contabilidade rotulamos de "valores realizados" a informações a considerar para atribuição do valor actual, e não a uma realidade que ainda é**. Os "valores realizados" em transacções efectuadas foram valores no passado, e no presente são uma informação.

3.4. Outras achegas da economia

Dado que a Faculdade de Economia abriu em 1953, portanto depois das análises que procurámos resumir, merece uma referência a exposição do

primeiro professor da disciplina de Economia I, Prof. Doutor **Fernando Maria Alberto de Seabra**⁴¹. Caracterizava riqueza como sendo o "**conjunto de bens económicos** pertencentes a determinado **indivíduo** (riqueza individual) ou a determinada **colectividade** (riqueza social)". Esclarecia depois que o conjunto **só abrangia os bens externos à entidade a que pertencia e quando susceptíveis de avaliação**. Tratando-se de um **conceito** focado em facilitar ou possibilitar a análise económica implicava **esclarecimentos** como , por exemplo, sobre o tratamento do passivo e sobre a possibilidade de diminuição da riqueza quando aumenta o bem estar da entidade a que respeita.

Os débitos, ou seja o passivo, mereciam esclarecimento. Se não os deduzirmos no cômputo da riqueza seremos levados a duplicações ao fazer a agregação, e o conceito perde operacionalidade. Mas se considerarmos os débitos como elementos de riqueza de cada um, a menos que abandonemos o conceito exposto supra, então estamos a considerar as obrigações entre os bens económicos do devedor! Qual a utilidade que têm para quem deve! A solução de se **falar em desutilidade e riqueza negativa parece brigar com os conceitos de utilidade e riqueza quando a riqueza é vista como conjunto de bens económicos**.

Sobre a relação entre riqueza e bem estar, exemplificava com o abastecimento de água numa aldeia. A alteração da situação de abundância e bem livre a bem escasso e económico transforma a água num bem económico, e torna mais rico quem dispõe de fontes, mas é maior o bem estar geral quando é um bem livre. O problema toma diferentes contornos conforme a economia local é fechada ou aberta, mas a **ideia básica de não correspondência entre bem estar e total da riqueza ficava em evidência**.

Outro esclarecimento respeitava à interpretação do termo "*pertencentes*". Deverá entender-se a pertença no sentido de **propriedade** ou deverá entender-se que engloba **outras situações** como os direitos de crédito? **O Professor acentuava que a vulgaridade dum termo é sempre quase um convite para o usar sem o esclarecer**. Há autores que interpretam a pertença no sentido de propriedade, e outros⁴² chegam a impor que os componentes das riquezas sejam elementos materiais. Defendem conceito talvez, em economia, mais operacional em certas análises. Mas conseguem-no à custa de considerarem grande a riqueza⁴³ de um falido quando são grandes os seus valores em propriedade, embora sejam ainda maiores os seus débitos! **Terminava o professor concluindo que a noção económica de riqueza, como resultava das considerações feitas, não era assunto pacífico, nem era conhecida solução de aceitação geral**. Esta conclusão continua actual, o que não nos dispensa de procurar conhecer o caminho da análise económica em busca de melhores respostas como

⁴¹ Seabra (1955/1956)

⁴² Por exemplo Böhm-Bawerck.

⁴³ Este conceito de riqueza tem paralelo contabilístico no de activo bruto, e não no de património.

achega para a pesquisa do conceito mais adequado à modelização dos problemas contabilísticos.

4. Conclusão

Não compartilhamos o parecer do **Doutor Sarmento** sobre a não correspondência do conceito contabilístico de património com o conceito económico de riqueza, quando entende que esta comporta um aspecto dinâmico que aquele não abarca, e portanto que o conceito contabilístico só tem afinidade ao conceito de capital (fund). Para o saudoso professor a contabilidade baseia-se na visão estática da riqueza e a observação dinâmica transforma-se, na contabilidade, em estática comparada. Entendia que a relevação contabilística é baseada em grandezas descontínuas e que, se algumas vezes são possíveis análises do tipo dinâmico, tal facto não retira à observação contabilística a natureza de estática. Na medida em que o reconhecimento contabilístico é descontínuo, a contabilidade introduz uma mudança do não ser para o ser, e cria a **ilusão que confunde a realidade dum fluxo com a sucessão descontínua de valores dum fundo**. Para o Doutor Sarmento **a estática comparada é o campo da contabilidade**⁴⁴. O termo património com o significado que lhe dava o Doutor Sarmento só abarca a situação patrimonial e a situação líquida, mas não os fluxos que lhes correspondem. **Não concordamos com o nosso ilustre mestre nesta interpretação**. Somos do parecer que a **natureza contínua dos fluxos não é alterada pela representação contabilística e que ao intérprete compete reconstituir a realidade, partindo da imagem**.

Também em esclarecimento prévio da nossa conclusão anotamos que o método contabilístico conduz à igualdade entre o somatório do valor das coisas e o valor global que lhes corresponde como universalidade⁴⁵.

O modelo económico que mais contribui para esclarecer o modelo de informação contabilístico é ainda o de Irving Fisher.

O **prisma valores** no modelo de Fisher corresponde ao entendimento que é a equivalência a um valor em moeda que está em causa, tal como quando observamos ou informamos sobre capital ou rendimento. Nesta perspectiva **o valor** é dimensão económica dum elemento ou da universalidade de coisas visadas, **é visto como equivalente a moeda e sem atenção à natureza e qualidades, quer de cada um dos elementos quer da universalidade**. Quando se pensa num pomar e na produção, os frutos, que

⁴⁴ Sarmento (1955/56) e (1960).

⁴⁵ O prisma de observação “valor” da universalidade, em correspondência com os conceitos de “situação líquida” e de “resultados”, pode servir de base a interpretação da representação digráfica como contraposição da soma dos valores dos elementos dum conjunto ao valor global do conjunto como universalidade, sempre com bens a corresponder a valores, o que prejudica esquemas de interpretação como o de Masi baseado em coisas —plutocosmos— e valores abstractos —aritmocosmos—, ao encontrar suporte para o aritmocosmo na coisa que é a universalidade (opinião de HC).

correspondem a um fluxo que tem um valor, e se põe este valor em destaque, consideramo-lo como substituível por outro pomar em que esse mesmo valor final resulta de outra produção. Quando à moeda representativa sucedeu a moeda fiduciária esbateu-se a ligação dum valor com as coisas em que existe. A visão dos elementos, das espécies, não é posta em causa pela visão em que são reduzidos a valores, as duas completam-se. Os dois prismas ajudam a interpretação do mesmo universo: o património.

O conceito contabilístico de **situação patrimonial**, isto é activo e passivo, apresenta afinidade com o de «fundo». Essa realidade — fundo — como conjunto de elementos considerados um a um, corresponde ao «capital-goods», como universalidade corresponde ao «capital-value» ou **situação líquida**, em linguagem corrente muitas vezes referido por capital próprio.

Há muito se refere por “situação patrimonial” o conjunto de activo e passivo, pelo que não parece conveniente usar o termo “património” para referir a mesma realidade. Essa diferente opção terminológica prejudicaria o bom entendimento da **realidade visada pela informação contabilística**, que é a **riqueza vista em qualquer das perspectivas**, embora cada uma vestida com a roupagem inerente a uma classificação contabilística. Tomaremos o termo **património como sinónimo do de riqueza**, e para designar o **conjunto do activo e passivo** reservaremos a **expressão situação patrimonial**.

Se aceitarmos os débitos de cada entidade como elementos negativos da sua riqueza ou restrições ao seu uso (desutilidade), existe grande afinidade entre algumas formulações do conceito económico de riqueza e este conceito contabilístico de património. Mas são diferentes os requisitos conforme a análise é económica ou contabilística:

- enquanto um elemento da riqueza deve ter **valor**, um componente dum património deve ter **valor determinável objectivamente** (A qualificação é aqui maior);

- a **titularidade** referida no conceito de património pode ser diferente da relação expressa pelo termo “pertencentes” na definição de riqueza exposta (notar a qualificação da locação financeira, os bens pertencem ao locatário?);

- o entendimento de património implica realce de ideias, como a de **sujeição a uma administração**, que não acompanham necessariamente o de riqueza.

Tal como Fisher entendemos que a riqueza também pode ser vista como **rendimento, se observada num período**, e mais entendemos que este rendimento, tal com o fundo a que corresponde, pode também ser visto em termos de coisas — como **fluxo de fundos** — ou como valor — **resultados** — só referido à moeda tomada como padrão de medida.

Riqueza como conceito da economia e riqueza ou património como conceitos da contabilidade, são conceitos afins, e não é detectável qualquer laço de

coordenação ou subordinação entre eles. Os traços que diferenciam os conceitos resultam da diferente servidão operacional de cada um. Enquanto a economia procura referências para conduta racional na produção, circulação ou no consumo de riqueza, a contabilidade pretende exprimir, medir e analisar; são diferentes as propriedades impostas ao conceito.

Mas a diferente servidão operacional não prejudica o considerarmos que na abordagem de muitos dos problemas de reconhecimento e avaliação em contabilidade há que considerar as análises da economia sobre as mesmas realidades. E mal vai da contabilidade quando desistimos de procurar modelos gerais e reduzindo-a ao saber de ofício em que o recurso à enumeração e exemplificação são a solução corrente. A solução apadrinhada nos quadros conceptuais de contornar problemas, por exemplo enumerando os “*building blocks*” da informação contabilística, é uma solução que nada ajuda a apreciar a suficiência ou adequação dos “*building blocks*” em cada caso explicitados.

A pesquisa de soluções conceptuais para as necessidades contabilísticas não deve alhear-se do trabalho já realizado na pesquisa económica.

Também a análise económica começou por **enumeração e exemplificação**, também a análise económica procurou **precisar a qualificação como elemento da riqueza** — características dos bens económicos —, também a análise económica procurou **referências para o valor** menos precárias que as resultantes dum mercado, também a análise económica oscilou entre o **primado do capital e o primado do rendimento**, também a análise económica notou o **papel das expectativas** como um determinante dos valores presentes.

No imediato parece que o modelo geral de Fisher para interpretação da riqueza, ou património, é o mais capaz de nos ajudar a responder ao porquê do que temos no modelo normalizado de informação contabilística nesta abertura de século. Não é um modelo construído para resolver problemas da contabilidade, mas de facto é ainda o único que os enquadra adequadamente.

BIBLIOGRAFIA:

Blaug, Mark (1992a); “*Böhm-Bawerk and Wieser*”; serie *Pioneers in Economics*; Edward Elgar Publishing Limited, UK, 250 pág.s.

Blaug, Mark (1992b); “*Hottelting, Robbins, Warburton, Clark, Mises*”; serie *Pioneers in Economics*; Edward Elgar Publishing Limited, UK, 306 pág.s.

Marx, Karl (1990); “*Capital – volume I*”; Penguin Books, UK; 1442 pág.s.

Carqueja, Hernâni O. (2001, 161/178); *Cómodas da vida, riqueza e situação patrimonial*; em *Ensaio de Homenagem a Rogério Fernandes Ferreira*; Instituto Superior de Economia e Gestão, UTL; 2001; Lisboa.

Chambers, Raymond John (1987), “*Accounting Education for the Twenty-first Century*”, *Abacus*, vol 3, nr 2, também transcrito em “*Logic, Law and Ethics*”, Garland Publishing, Inc., New York & London, 2000.

Endres, A. M. (1987), “*Origins of Böhm-Bawerk’s “Greatest Error”*”, reeditado em “*Pioneers in Economics 27*” por Mark Blaug, (1992a), pág. 212 a 228.

Hennings; Klaus H.(1997); “*The Austrian Theory of Value and Capital*”; Edward Elgar; Cheltenham, UK, 286 pág.s.

Hicks, John Richard (1981); “*Wealth and Capital*”; *Collected Essays on Economic Theory*, Oxford, 1981.

Iuji Ijiri (1967); “*The foundations of Accounting Measurement*”; Prentice-Hall; Englewood Cliffs, New Jersey; USA; 236 pág.s.

Keynes, John Maynard (1997); “*The General Theory of Employment , Interest and Money*”; *Great Mind Series*, Prometheus Books, New York; 402 Pág.s.

Marshall, Alfred (1920/1997); “*Principles of Economics*”; Prometheus Books; New York 14228-2197; 324 pág.s. (A primeira edição foi publicada em 1890, em 1997 foi reeditado o texto conforme a 8.ª edição de 1920.)

Mill, John Stuart (1978); “*Princípios de Economia Política*”, edição em castelhano do Fondo de Cultura Económica, México, 1978; 898 pág.s. (Biblioteca da FEP:CE(a) 459, N.19003)

Murrell (1983); “*Did the Theory of Market socialism answer the challenge of Ludwig von Mises ? A reinterpretation of socialist controversy*”, *History of Political Economy*, Duke University Press, 1983.
Reeditado em Blaug (1992b), pág 185 a 198.

Ricardo, David (1817/1996:190); "*Principles of Political Economy and Taxation*", Great Mind Series - Prometheus Books, New York, 1996; 306 pág.s..

Rowles, Tom (1998); "*Observations on Capital and Income in Early Company Accounting*"; School of Accounting and Law; RMIT University; Melbourne; comunicação apresentada no VIII Congresso de Contabilidade realizado em Madrid e distribuído aos congressistas a pedido por e-mail.

Sarmiento, José António(1955/1956); "*Teoria da Contabilidade*"; apontamentos policopiados, coligidos por alunos e não revistos pelo autor.

Sarmiento, José António (1960); "*Problemática Contabilística*"; separata da Revista de Contabilidade e Comércio, 66 pág.s

Say, Jean-Baptiste (1996) ; "*Cours d'économie politique et autres essais*"; GF Flammarion ; Paris, 1996 ; 452 pág.s. (Compreende a reedição de (1815) « *De l'Angleterre et des Anglais* », (1819) « *Cours a l'athénée* »(1820) « *Lettres a M. Malthus* », (1821) « *Catéchisme d'économie politique* ».)

Seabra, Fernando Maria Alberto de; (1955/56), "*Lições de Economia I*", edição policopiada para uso dos alunos do curso de 1955/56.

Smith, Adam; "*An enquire into the nature and causes of the Wealth of Nations*" tradução para português de Teodora Cardoso e Luís Cristovão de Aguiar, apresentada como "Riqueza das Nações", edição da Fundação Calouste Gulbenkian 1987, 2 volumes, respectivamente VI+884 e 814 pág.s.